



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº

(Da Sra. Ana Pimentel)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as denúncias de irregularidades cometidas no âmbito da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – ADAPS.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Saúde, com o objetivo de debater as denúncias de irregularidades no âmbito da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – ADAPS desde a sua criação, com a participação dos/as seguintes convidados/as:

- Marcelo Queiroga – Ex-ministro da Saúde, titular da pasta entre 23 de março de 2021 a 31 de dezembro de 2022;
- Ex-diretor-presidente da ADAPS – Alexandre Pozza;
- Representante do Ministério da Saúde na Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Supervisão dos Atos de Gestão Administrativa e dos Atos Finalísticos – CAAS da Adaps;
- Representante da Controladoria Geral da União – CGU na Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Supervisão dos Atos de Gestão Administrativa e dos Atos Finalísticos – CAAS da Adaps;
- Representante da Advocacia-Geral da União na Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Supervisão dos Atos de Gestão Administrativa e dos Atos Finalísticos – CAAS da Adaps.

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 234 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5234/3234 | dep.anapimentel@camara.leg.br
Avenida Luiz Perry | Bairro Santa Helena | CEP 36015-380 – Juiz de Fora/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230871033900>





JUSTIFICAÇÃO

No início de junho de 2023, o jornalista Breno Pires, da Revista Piauí, publicou extensa reportagem^[1] denominada **“BOLSONARO DESIDRATOU MAIS MÉDICOS E PÔS NO LUGAR UM NINHO DE FALCATRUAS - O inventário do fracasso e das irregularidades do governo Bolsonaro na área da saúde”**, com várias denúncias de irregularidades no âmbito da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – ADAPS, desde a sua criação. De acordo com a matéria, a criação da ADAPS *“... foi o princípio de um desastre que resultou na criação de um ninho de falcas, com casos de nepotismo, irregularidades administrativas, denúncias de assédio moral e malversação de verba pública – e prejudicou enormemente o atendimento à saúde dos brasileiros mais pobres”*.

Vale destacar, inicialmente, que a criação da ADAPS foi autorizada no governo Bolsonaro, em março de 2020, por meio da Lei 13.958, de 18 de novembro de 2019, que criou o Programa Médicos pelo Brasil – PMB no intuito de substituir o Programa Mais Médicos – PMM, a despeito de todos os avanços constatados desde a criação do PMM, em 2013.

Nesse sentido, para colocar em prática o novo Programa (PMB), foi criada a ADAPS por meio do Decreto 10.283, de 20 de março de 2020. Entretanto, conforme destaca a reportagem da revista Piauí, a expectativa de que a agência começasse a funcionar já no primeiro ano não se confirmou, apesar da aprovação do orçamento de 723 milhões de reais, os quais foram remanejados para outros setores.

De acordo com a denúncia, a Adaps só passou a receber um mínimo de atenção do Ministério da Saúde com a queda de Pazuello e a chegada de Marcelo Queiroga, em março de 2021, sendo que as primeiras atividades administrativas da ADAPS começaram em setembro de 2021, um ano e meio depois de sua criação, em virtude da pandemia e outros fatores. Foi a partir de então que teve início as mais diversas irregularidades.

A matéria destaca que, para a seleção e contratação do quadro técnico-administrativo, ocorrida entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, a Agência adotou um “processo seletivo” que, na verdade *“funcionou como um biombo para disfarçar a nomeação de amigos e familiares”*.

De acordo com a reportagem, o diretor-presidente da ADAPS, Alexandre Pozza, contratou o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Distrito Federal, onde trabalhava sua própria mãe, Ana Helena Pozza Urnau Silva, para fazer a seleção de 109 profissionais. Além disso, o prazo destinado à inscrição para o processo seletivo durou apenas 2 dias úteis, inviabilizando, assim, a ampla participação no certame.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

A matéria ainda revela que entre os aprovados, havia amigos dos diretores e dos gerentes, que participavam das bancas avaliadoras. Também foram contratadas pessoas que trabalhavam no próprio IEL, o instituto encarregado de recrutar e selecionar o corpo técnico da agência.

Tal fato deu origem a uma denúncia entregue anonimamente no Ministério da Saúde que afirmava que, no rol dos selecionados, havia uma lista de amigos de ex e atuais dirigentes da ADAPS, além de chamar a atenção para uma coincidência: a contratação de casais, com marido e mulher emplacingando em bons cargos.

Como consequência, em 06 de fevereiro de 2023, o Ministério da Saúde publicou a Portaria GM/MS nº 89 que, *institui a Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Supervisão dos Atos de Gestão Administrativa e dos Atos Finalísticos da (CAAS) da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps)*, que tinha entre suas atribuições: identificar, avaliar, acompanhar e supervisionar os atos de gestão administrativa da Adaps, em especial, os processos seletivos, contratações e parcerias promovidas, bem como quaisquer atos relacionados, direta ou indiretamente, à utilização de recursos. A Portaria previa a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União na Comissão.

Em 24 de março de 2023, diante de irregularidades na esfera administrativa e correicional apontadas em relatório preliminar da CAAD, o Conselho Deliberativo da ADAPS decidiu pelo afastamento cautelar da atual diretoria do órgão.

De acordo com o site[2] do Ministério da Saúde, para a elaboração do relatório foram analisados contratos, termos de cessão, acordo de parceria, ordem de serviço e fornecimento de bens, entre outros atos da ADAPS. Foram encontrados indícios de irregularidades apontados no relatório preliminar, entre os quais: indícios de conflito de interesse na contratação do IEL-DF para realização de processos seletivos para a composição da equipe da ADAPS; indícios de vícios e inconformidades nos processos seletivos para o corpo técnico-administrativo da ADAPS; risco de troca de influências entre o Setor Jurídico da ADAPS e o Ministério combinado com risco de influência na definição dos atos finalísticos da ADAPS; e dificuldade de obtenção de informação.

Além disso, segundo informação da assessoria do Ministério da Saúde, há denúncias de perseguição e assédio moral pelos chefes da Agência, as quais, conforme a reportagem, começaram a ser investigados em um inquérito civil pelo Ministério Público do Trabalho, em Brasília.

Ademais, chama atenção as contratações realizadas pela agência por dispensa de licitação sob alegação de emergência. Parte dos contratos previa duração de até cinco anos, o que é incompatível com a lei de licitações, que estabelece um ano como limite para contratos emergenciais, e também com a lei do estatuto jurídico de empresas estatais, que só autoriza até 180 dias.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Ana Pimentel - PT/MG

A revista também denuncia suspeita de conflito de interesses no contrato com a Maza Invest, de Brasília, para gerir a carteira de aplicações da agência no valor de 232 milhões, uma vez que o sócio majoritário da empresa contratada é dono de outra empresa, a Quantfort Technology Research and Integration, sediada em Londres, e que emprega como diretor um irmão de Alexandre Pozza, presidente da ADAPS à época.

Há ainda o contrato firmado entre a ADAPS e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), no valor de 12 milhões de reais. O acordo visava estabelecer “cooperação técnica, científica e cultural” bem como o “ intercâmbio de conhecimentos” e foi firmado pelo presidente da ADAPS, Alexandre Pozza, em outubro de 2022, mês da eleição presidencial. A reportagem afirma que, na prática, o convênio serviu para dar abrigo aos amigos que, com o fim do governo de Bolsonaro, perderiam seus cargos comissionados em diversos órgãos.

Assim, ante a gravidade dos fatos aqui narrados, consideramos imprescindível a realização de audiência nesta Comissão para que os convidados elencados em nosso Requerimento possam debater as denúncias de irregularidades apresentadas na reportagem destacada no presente documento.

Nesses termos, solicitamos o apoio dos Nobres Membros pela aprovação do presente Requerimento.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2023.

Deputada ANA PIMENTEL
PT/MG

[1] <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-cupinzeiro/>

[2] <https://www.gov.br/saude/pt-br/canais-de-atendimento/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2022/conselho-deliberativo-da-adaps-decide-pelo-afastamento-cautelar-da-atual-diretoria>

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 234 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5234/3234 | dep.anapimentel@camara.leg.br
Avenida Luiz Perry | Bairro Santa Helena | CEP 36015-380 – Juiz de Fora/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230871033900>

